



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

XX CONGRESSO DA ANMP | EXTRAORDINÁRIO

SANTARÉM, 29 DE SETEMBRO DE 2012 | CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES

CONCLUSÕES

MAIS PODER LOCAL, MELHOR PORTUGAL

I - ENQUADRAMENTO DO XX CONGRESSO:

1. Tem havido uma crescente atenção e um foco permanente com incidência sobre as autarquias locais, colocando os eleitos locais e as autarquias locais no epicentro do fenómeno político em Portugal;
2. Com tal campanha, **tem-se procurado criar uma imagem negativa do Governo Local, com o propósito evidente de se concentrar a visibilidade dos problemas que o país atravessa nas autarquias locais, desviando, dessa forma, os “olhos” e a atenção das populações dos verdadeiros problemas e dos verdadeiros responsáveis pela crise que atravessamos;**
3. Tem-se pretendido, assim, de forma vincada e premeditada, associar as autarquias locais a um fenómeno de desvario e de desperdício na utilização dos dinheiros públicos, a gastos excessivos e a despesa grosseira, **tentando inculcar nas populações uma visão errada e distorcida da situação do país e dos verdadeiros culpados por ela;**
4. Esta distorção da realidade objectivamente ambiciona desresponsabilizar todos aqueles que ao longo dos anos conduziram o país à situação de necessidade em que nos encontramos;
5. **Esta situação tem gerado um descontentamento progressivo nos eleitos locais e nas autarquias locais, que não podem ficar indiferentes a este investida contra o Governo Local Democrático;**
6. **As Autarquias Locais estão numa situação muito delicada em termos financeiros,** não por terem feito despesas irresponsáveis, mas porque as suas receitas têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos. Com efeito, assiste-se a uma cada vez maior degradação da situação financeira dos Municípios, com a redução das receitas provenientes do Orçamento do Estado e com o decréscimo da cobrança de impostos locais, levando a uma cada vez maior divergência entre os ritmos de crescimento das receitas do Estado e o das receitas municipais, em prejuízo destas;
7. **Não obstante isso, os Municípios têm suprido muitas das insuficiências e deficiências da Administração Central,** ultrapassando, muitas vezes, as suas competências próprias. Grande parte das políticas sociais – na educação, na protecção à infância, no apoio aos idosos e aos deficientes, na habitação social –, é municipal, para as quais são alocados recursos financeiros cada vez mais escassos. **As autarquias locais são o verdadeiro Ministério da Solidariedade neste país;**
8. Paralelamente, **o Governo efectuou e pretende levar a efeito um conjunto significativo de mudanças com incidência nas Autarquias Locais,** que se apoiam e excedem mesmo os compromissos assumidos no Programa de

Assistência Económica e Financeira, que não foi discutido com os representantes dos Municípios, como aliás, constata, em tom crítico, o Relatório do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, **que se configuram como intromissões ilegítimas no exercício das atribuições e competências municipais;**

9. A legislação que tem vindo a ser produzida pelo Governo e pela Assembleia da República, tendo por fundo a crise e as dificuldades que o país atravessa, demonstra uma **permanente desconfiança para com o Poder Local e uma menorização dos eleitos locais, cuja legitimação, recorde-se, é regularmente sufragada através do voto directo e secreto;**

10. O comportamento de tais entidades revela um profundo desrespeito pelos cidadãos que legitimam periodicamente as políticas municipais;

11. **São diversos os diplomas legais que têm condicionado flexibilidade que a gestão municipal exige e necessita,** não atendendo às especificidades dos Municípios e à sua autonomia, impondo-se regras que condicionam de forma evidente a prestação de um serviço de qualidade às populações. São os casos, designadamente: da lei da assunção dos compromissos e dos pagamentos em atraso, claramente limitativa da autonomia administrativa e financeira; do estatuto do pessoal dirigente, impondo uma redução drástica do número de dirigentes, em clara violação da autonomia municipal; a alteração do regime jurídico do sector empresarial local, com a consagração de rácios de solvabilidade que levarão ao encerramento de muitas empresas municipais, sem se ter em conta que muitas delas prosseguem objectivos sociais e sem que idênticos critérios sejam aplicados ao sector empresarial do Estado;

12. **Esta contínua ingerência nos assuntos locais significa uma maior centralização do poder e a perda de importância das comunidades locais;**

13. **Portugal sofre, também, de um processo de despovoamento acelerado, com o incentivo ao abandono de mais de três quartos do território pelos portugueses e a sobrecarga para alguns centros urbanos do litoral.** Tal realidade deve-se, em larga escala, a políticas dos Governos que criaram as condições para o último passo de abandono de vários espaços territoriais, uma vez que ninguém pretende viver em locais onde, quase em simultâneo, encerram o serviço de urgências, o serviço de atendimento permanente, onde deixa de haver escola, onde fecha o posto da GNR, onde desaparece o Tribunal, onde encerra a linha de caminho de ferro, onde desaparecem os autocarros de transportes públicos, onde encerram os correios e agora, até as juntas de freguesia;

14. **A questão demográfica constitui-se em problema nacional de grande relevância,** sendo necessárias políticas públicas, com a participação dos Municípios, de promoção e de incentivo à natalidade;

15. **O País não pode eternizar o quadro de sucessivas hesitações estratégicas que apenas têm gerado assimetrias de desenvolvimento,**

desigualdades de oportunidades e piores condições de vida para os cidadãos; para os cidadãos do interior deprimido onde as oportunidades são cada vez mais inexistentes; para os Cidadãos do litoral massificado onde a qualidade de vida se perde a cada dia que passa. O País precisa – e tem – referências políticas e jurídicas que importa tornar estáveis sob pena de se minar, com custos políticos e sociais enormes, a confiança democrática das populações nas instituições;

Neste quadro geral da situação problemática porque passa o Poder Local, e face às gravosas consequências das medidas que têm sido aprovadas e implementadas, que impedem o correcto funcionamento do Poder Local e a prestação de serviços de qualidade aos Cidadãos, o **Conselho Geral da ANMP, órgão máximo entre Congressos, deliberou a realização de um Congresso Extraordinário da ANMP, que agora ocorre.**

O XX Congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), debruçou-se sobre três grandes temas que enquadram os problemas dos Municípios – a Autonomia do Poder Local, o Financiamento do Poder Local e a Reorganização Territorial do Estado -. Constituem parte integrante destas Conclusões os documentos específicos apresentados ao Congresso e referentes a cada uma das áreas temáticas discutidas.

Salientam-se, relativamente a cada um desses temas:

II - AUTONOMIA DO PODER LOCAL:

16. Quer a Constituição da República Portuguesa (CRP) quer a Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL), ratificada por Portugal, **consagram a autonomia do Poder Local como princípio indispensável da consolidação e desenvolvimento do regime democrático;**

17. A consagração da autonomia local não é, pois, mais do que o reconhecimento de um espaço de livre decisão sobre assuntos comuns aos habitantes de uma determinada circunscrição dentro do território nacional, entendido como um direito de decisão não subordinado a outrem, que constitui uma garantia do pluralismo dos poderes públicos, uma forma de limitação do poder político e, nessa medida, um elemento indissociável do Estado de Direito Democrático;

18. Só há Poder Local quando as Autarquias Locais são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e

financeira: isto é, quando forem suficientemente largas as suas atribuições e competências, quando forem dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes para as prosseguir e exercer, e quando não forem controladas politicamente pelo Poder Central;

19. Quaisquer medidas, políticas ou legislativas, que não respeitem a autonomia e a dignidade dos Municípios ou que visem colocá-los numa posição de dependência administrativa e financeira face ao restante Estado, constituem violações à Constituição da República e à Carta Europeia da Autonomia Local;

20. Têm sido múltiplas as situações de desrespeito por parte do Estado Central para com as Autarquias Locais, colocando muitas vezes em causa a sua autonomia, desconsiderando, de tal forma, as obrigações constitucionais e os interesses próprios das populações respectivas. **Ora, afirma-se que as Autarquias Locais não são dependências ou serviços do Estado Central, não fazem parte da sua Administração Directa ou Indirecta, não podendo ser configuradas como instituições a quem a Administração Central possa dar ordens ou directivas e exercer quaisquer poderes de superintendência, como parece ser a vontade dos muitos que com sua prática política, pretendem reduzir à menor expressão a autonomia das Autarquias Locais, intrometendo-se na sua actividade e cerceando a sua gestão em aspectos fundamentais;**

21. A invocação de “razões de Estado” associadas a restrições e condicionantes económico-financeiras surgem para muitos como factores legitimadores de soluções com impacto negativo na autonomia local, **colocando as Autarquias Locais fora do sistema político-administrativo, como se se tratasse de entidades privadas assistidas pelo Estado;**

22. Esta realidade insere-se num quadro de políticas centralizadoras, **que advogam a degradação ou a desvalorização da autonomia local, sendo as mesmas inadmissíveis;**

23. Como medidas necessárias à afirmação e reforço da autonomia local, **o XX Congresso sublinha a necessidade de adopção de um conjunto de propostas e de medidas que garantam de forma efectiva a autonomia local constitucionalmente consagrada.**

III - FINANCIAMENTO DO PODER LOCAL;

24. As diversas leis de finanças locais vigentes até à data **propiciaram um trajecto descendente e regressivo nas garantias da autonomia financeira do Poder Local e nas relações entre as receitas das autarquias e as receitas dos impostos de referência para cálculo das receitas municipais.** Todas as sucessivas alterações que, ao longo dos anos, foram sendo introduzidas na Lei,

surtiram sempre um efeito de redução e penalização das receitas municipais e da autonomia financeira dos Municípios;

25.A relação entre as receitas a transferir do Orçamento de Estado para os Municípios e Freguesias e as receitas de um conjunto de impostos de referência, foi sendo cada vez mais aviltada, com a diminuição relativa e efectiva das receitas municipais. Por outro lado, e no que respeita à capacidade de endividamento municipal, foram criados mecanismos no sentido do seu constrangimento, colocando muitos Municípios, de forma artificial e meramente administrativa, em situações de excesso;

26.Paralelamente, a evolução das receitas do conjunto dos impostos que são receitas municipais também não foi satisfatória, fundamentalmente pelo comportamento do IMT e da Derrama, agravando ainda mais as já débeis finanças municipais;

27.Também a degradação das condições de vida das populações e os decorrentes problemas sociais levaram a que muitos Municípios tenham mantido tarifários da água e resíduos com valores muito abaixo dos custos reais envolvidos, suportando aos Autarquias Locais o diferencial, contribuindo para as dificuldades financeiras existentes;

28.Apesar das gravíssimas dificuldades anteriormente equacionadas, constata-se o não contributo dos Municípios para o aumento do défice público, registando-se um “superavit”, no final de 2011, de cerca de 196,1 milhões de euros, evidenciando uma melhoria de 136,4 milhões de euros face ao ano anterior (dados do Ministério das Finanças). Também a evolução do endividamento municipal vem registando um saldo positivo, que se traduzia em 484 milhões de euros em final de Maio de 2012 (dados do Banco de Portugal), numa sequência de 14 meses de saldo sempre positivo;

29.Estes indicadores positivos, em contraste com os referentes à Administração Central, vêm demonstrar que a responsabilidade pelo défice público não só não é municipal, como os Municípios contribuem mesmo para a sua diminuição;

30. Também a execução do QREN ocorreu em circunstâncias muito particulares e difíceis (burocracia, empates, indefinições, angústias financeiras e um quase desespero que se instalou no seio das entidades que haviam depositado fortes esperanças na concretização dos projectos que entretanto preparavam), o que levou à concretização e celebração de dois acordos entre a ANMP e o Governo (2010 e 2011), que tiveram por objectivo e resultado a promoção da execução de investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN;

31. Ao nível do planeamento, gestão e controlo, a aprovação pelo Governo (e pela Assembleia da República) da Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e, posteriormente, do respectivo decreto-lei regulamentar, veio criar uma situação nova aos Municípios;

portugueses, que ficaram, em muitos casos, com dificuldades acrescidas na sua gestão, a qual passou a ser muito menos ágil e flexível;

32. Se o que se pretendia era a restrição de práticas de sobre- orçamentação, a melhor forma de o conseguir teria sido através da adopção de alterações que tornassem mais rígidas as regras previsionais estabelecidas no POCAL. Isso seria suficiente para que não fosse necessária a LCPA. Infeliz e inexplicavelmente, não foi esse o caminho que o Governo seguiu, com todos os problemas que se vieram a gerar, e em muitos casos ainda por resolver, passados que estão mais de 6 meses desde a publicação da lei.

33. Como linhas de orientação a adoptar, o XX Congresso sublinha a necessidade de na actual conjuntura económica/financeira e política do país, uma eventual alteração ao regime do financiamento local deve entrar em vigor somente em Janeiro de 2014;

34. Na actual conjuntura das finanças públicas, a prioridade nas alterações ao regime de financiamento local deverá ser claramente dada aos normativo; sobre planeamento, gestão e controle, tendo por especial objectivo evitar a sobre-orçamentação, justificando, por essa via, a não aplicação aos Municípios da desadequada e desnecessária Lei da Assunção dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), cuja aplicação, como a ANMP desde sempre previu, tem vindo a criar múltiplos e sucessivos problemas aos Municípios, dia após dia.

35. Face aos problemas de um conjunto de Municípios, para quem a sua principal dificuldade está no endividamento de médio e longo prazos, entende-se dever ser criados pelo Governo um necessário programa apto a dar resposta aos Municípios com estas dificuldades financeiras substanciais, resultantes, vinca-se, da diminuição absurda das receitas a que foram sujeitos pela Administração Central;

36. Perante o nível, abaixo dos mínimos sustentáveis, que atingiram as transferências do Orçamento do Estado para os Municípios, o ponto de partida, em 2013, deverá ser superior ao que foi imposto pelo Governo para 2012, cujo valor global, salienta-se, foi idêntico ao do que foi transferido em ...2005;

37. Paralelamente, deverá fortalecer-se o processo em curso de reavaliação dos prédios urbanos, nos termos do CIMI, devendo o correspondente acréscimo de receitas, nos termos do acordado entre o Governo e a ANMP, ser utilizado para a consolidação orçamental dos Municípios. Neste âmbito deverá ser dada prioridade absoluta à regularização dos pagamentos em atraso a fornecedores;

238 **38.** Continuando os Municípios sem ter acesso aos adequados dados da liquidação e
239 cobrança que lhes respeitam, em particular no que se refere à Derrama, **torna-**
240 **se indispensável que, de uma vez por todas, o Governo decida**
241 **disponibilizar a indispensável informação sobre a liquidação e**
242 **cobrança dos impostos que constituem receita municipal, a cada um dos**
243 **Municípios, os quais são tão idóneos como a Administração Central**
244 **para respeitarem o sigilo fiscal.**

245 **IV - REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO:**

247 **39.**A ANMP tem por necessária uma reorganização territorial do Estado, que se
248 pautar por valores humanistas de igualdade de oportunidades para todos os
249 cidadãos, no respeito pelas suas diferenças. **As autarquias locais não querem**
250 **– e não vão aceitar – políticas centralistas, inspiradas apenas pela**
251 **aritmética contabilística, que expulsam de significativas partes do**
252 **território nacional a maior riqueza e factor de desenvolvimento que**
253 **elas possuem: o capital humano. O País não pode esquecer as pessoas;**

254 **40.** Reorganizar e racionalizar não podem continuar a ser sinónimo de
255 encerrar. O País não pode ser entendido como um grande grupo económico-
256 financeiro, composto por 308 unidades de negócio, sujeito a um processo de
257 reestruturação empresarial tendo em vista o aumento de lucros. A
258 “*financeirização*” da economia não pode ser modelo de referência para a
259 reorganização de serviços públicos e para o desenvolvimento harmonioso do País;

260 **41.** A abordagem desta matéria não pode ser feita pelo prisma redutor e
261 discriminatório da divisão entre pequenos, médios e grandes Municípios (ou
262 Freguesias); em causa está a prestação de serviços essenciais ao bem-estar das
263 populações e qualquer cidadão deve ter, à partida, as mesmas condições e
264 igualdade de oportunidade de acesso aos vários serviços de interesse geral.

265 **42.** O encerramento de serviços públicos por todo o País, com reflexos muito
266 penalizadores em zonas do interior que têm vindo a perder população,
267 não pode ser o preço a pagar por décadas de políticas públicas erradas,
268 assentes em medidas avulsas que criam condições para o último passo de
269 abandono de vários espaços territoriais, pensadas e implementadas sem terem
270 por base uma visão estratégica do ordenamento do conjunto do território do país
271 e os princípios de solidariedade e convergência entre regiões, igualdade de
272 oportunidades e concertação institucional;

273 **43.** A reorganização territorial do Estado é uma reforma estrutural de que
274 o País necessita, a qual – por ser estrutural – deve assentar em
275 princípios claros, fundamentados e consequentes. Neste sentido, a
276 Assembleia da República, o Governo e as Autarquias Locais devem, entre si,
277 articular medidas que promovam a reorganização dos serviços públicos, a

reorganização administrativa do País e a revitalização das economias locais. A posição da ANMP é crítica relativamente ao processo que tem sido anunciado e concretizado pela Administração Central, tanto nos seus objectivos como em relação à metodologia utilizada;

44. Como medidas adequadas à reorganização territorial do Estado, o XX Congresso sublinha um conjunto de medidas e de propostas relativas à reorganização de serviços públicos, consensualizando uma matriz de funções dos serviços públicos de âmbito municipal ou supramunicipal, bem como a definição de critérios económicos, financeiros – mas também sociais – que devem presidir à reorganização dos serviços públicos e das redes de equipamentos;

45. Ao nível da promoção da **reorganização administrativa do País, deve, para tal efeito, consolidar-se o funcionamento e o desempenho das áreas metropolitanas enquanto nova instância política de âmbito metropolitano; paralelamente, importa ainda solidificar-se o funcionamento e o desempenho das comunidades intermunicipais;**

46. As entidades intermunicipais devem ter as competências que lhe forem transferidas pela Administração Central e pelos Municípios, neste caso por decisão destes e via processo de contratualização;

47. A concretização do processo de criação das Regiões Administrativas, instrumento fundamental para o desenvolvimento equilibrado do território é um desiderato que importa cumprir;

48. A ANMP recusa a agregação e fusão de freguesias, tal como está prevista na Lei. A fusão ou agregação deve fazer-se na base exclusiva da iniciativa dos órgãos autárquicos e das populações.

V - O CONGRESSO SUBLINHA:

49. O XX Congresso da ANMP sustenta que o vasto conjunto de soluções preconizadas no presente documento e nos Relatórios anexos constituem um insubstituível contributo para o superar dos problemas do país e para o bem-estar das populações e:

49.1. Afirma o intenso trabalho desenvolvido pela ANMP, procurando contribuir para o ultrapassar dos principais problemas que afectam os Municípios, visando a dignificação do Poder Local. **No quadro político actual e no contexto económico-financeiro de Portugal, a voz activa da ANMP é e tem sido fundamental para os Municípios e para o País;**

49.2. Reitera que o diálogo que necessariamente é estabelecido entre o Governo, a Assembleia da República e o Poder Local deve que ser profícuo e conduzir a resultados concretos, em benefício da gestão

municipal e da satisfação das necessidades das populações. É necessário o empenhamento de todos os responsáveis políticos na criação de um quadro de relacionamento convergente na concretização de comuns objectivos de progresso;

49.3. Lamenta a intolerância dos Governos que, em aspectos fundamentais, introduzem medidas que são inaceitáveis para os Municípios, que impedem a gestão adequada dos seus recursos e que são susceptíveis de paralisar a actividade municipal;

49.4. Exige soluções consensuais, que privilegiem os interesses dos cidadãos, que potenciem o desenvolvimento do País e que não desconsiderem uma parte da sua Administração. Os Municípios integram a administração de Portugal e quando são desconsiderados é o País que é colocado em causa;

49.5. Afirma que a legitimidade dos órgãos autárquicos não é inferior à dos órgãos de soberania, pelo que os Municípios não aceitam um tratamento menorizado, como se fossem órgãos políticos de segunda classe, exigindo-se o respeito absoluto pela autonomia do Poder Local;

49.6. Reafirma que numa República não há espaço para a existência de poderes absolutos, devendo as responsabilidades pela gestão ser partilhadas. Este é um princípio que deve ser adoptado pelo Governo e pela Assembleia da República;

49.7. Considera que o Programa de Assistência Económica e Financeira não pode nem deve significar a asfixia financeira dos Municípios e destruir a autonomia local. As Autarquias Locais são essenciais para o superar da crise, são instrumentos fundamentais para o bem-estar dos cidadãos;

49.8. Repudia a aprovação de medidas cegas, que não têm em conta as especificidades e a realidade do Poder Local, que estrangulam a sua actividade, que fazem tábua rasa da sua história, que não defendem, convenientemente, o interesse das populações;

49.9. Considera que as Autarquias Locais adoptaram, oportunamente, muitas das medidas que constam do Memorando de Entendimento celebrado com a “Troika”, pelo que se refutam quaisquer novas exigências que em tal âmbito incidam sobre o Poder Local;

49.10. Reprova a publicação da legislação que obriga a uma redução desmedida do número de dirigentes municipais, formulada a régua e esquadro, sem ter em conta a realidade de

cada Município, as suas necessidades e as exigências de prestação de um serviço público de qualidade. O Poder Central faz cortes cegos que, nalguns casos, poderão provocar graves problemas de exercício de diversas competências municipais;

49.11. Rejeita o novo regime jurídico do sector empresarial local, que consagra rácios de solvabilidade que levarão ao encerramento de muitas empresas municipais, sem se ter em conta que muitas delas prosseguem objectivos sociais, e sem que se apliquem os mesmos critérios às empresas do sector empresarial do Estado, sendo este sector, afinal, um dos principais causadores do descontrolo das contas públicas;

49.12. Recusa a agregação e fusão de freguesias, tal como está prevista na Lei. A fusão ou agregação deve fazer-se na base exclusiva da iniciativa dos órgãos autárquicos e das populações respectivas;

49.13. Repudia a Lei da Assunção dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), diploma absurdo, completamente alheio ao bom senso que deve imperar, elaborado por quem desconhece a realidade, que paralisa a gestão municipal e que arrisca resumir a gestão municipal à gestão de tesouraria e os eleitos a adjuntos de tesoureiros.

49.14. Reclama que a aplicação da LCPA aos Municípios seja suspensa ou ver-se-ão estes na contingência de suspenderem as actividades municipais em aspectos fundamentais nos serviços que prestam às populações;

49.15. Exige que o Governo torne pública a informação relativa à aplicação da LCPA pelos serviços da Administração Central, e os respectivos resultados;

49.16. Salaria que os Municípios defendem o rigoroso controlo do défice público. Mas os verdadeiros responsáveis pelo seu descontrolo não são os Municípios, que, aliás, têm contribuído de forma positiva, na sua parte, para a redução do défice público. O aumento do défice público, apesar do superavit municipal, é totalmente da responsabilidade da Administração Central, que tem utilizado, inclusivamente, uma parte daquilo que os Municípios pouparam;

49.17. Reitera que na actual conjuntura económica/financeira e política do país, uma eventual alteração ao regime do financiamento local deverá entrar em vigor somente em Janeiro de 2014;

49.18. Considera que as transferências do Orçamento do Estado para os Municípios em 2013 deverão ser superiores ao valor que foi

imposto pelo Governo para 2012, cujo montante global foi idêntico ao do que foi transferido em ...2005. Os Municípios têm cumprido o seu papel de forma exemplar, e quem deve ser penalizado são todos aqueles que levaram o País à situação dramática em que se encontra;

49.19. Sublinha a necessidade de se olhar atentamente para a execução do QREN, com a perspectiva de que o País e os seus Municípios não desperdicem os recursos financeiros europeus que ainda estão à sua disposição, destacando, também, a urgência de serem dados passos no sentido de que o novo Quadro - o Acordo de Parceria 2014-2020 - venha a ser preparado de forma a evitar os problemas que se criaram com o actual;

49.20. Exige que, face aos constantes incumprimentos verificados, os compromissos legais e contratuais assumidos pelo Estado para com os Municípios sejam honrados pelo Governo;

49.21. Acentua a necessidade de reformulação do sistema de protecção civil, de forma a garantir-se a efectiva segurança dos cidadãos, responsabilizando-se para tal o Estado e não, como tem acontecido, imputando responsabilidades sem os correspondentes meios ao Poder Local;

49.22. Sublinha a necessidade de valorização do papel dos eleitos locais, devendo um seu representante ter assento no Conselho de Estado, órgão político de consulta do Presidente da República;

49.23. Reconhece que os eleitos locais não são imunes aos erros e que em mais de três décadas de Poder Local casos houve de má gestão. **Recusa, no entanto, a generalização de tais factos à universalidade dos Municípios e que os mesmos sejam o “bode expiatório” para todos os problemas do País.** O reconhecimento dos erros propícia a sua correcção, ensinamento que tem sido prosseguido no dia-a-dia dos Municípios;

49.24. Os eleitos locais não aceitando a paralisação do Poder Local e perante os desenvolvimentos legislativo, entretanto verificados que dão corpo ao projecto de subversão do Poder Local e da sua autonomia, exigem a revogação da Lei dos Compromissos, no que diz respeito ao Poder Local; a revogação da lei sobre cargos dirigentes; a revogação da lei de liquidação de freguesias e a revogação de todas as normas que, na legislação sobre o PAEL, ultrapassam os limites e disposições justificáveis a uma linha de crédito, constituem uma violação grosseira da autonomia local e instrumento de imposição de ataque aos rendimentos das

famílias. O XX Congresso da ANMP pronuncia-se ainda pela exigência do abandono da legislação em preparação sobre entidades supra municipais que, violando o princípio básico do livre associativismo municipal, tem por objectivo a criação de entidades sem legitimidade democrática, que mais não visam do que esvaziar as competências dos municípios e justificar a sua extinção.

50. O XX Congresso afirma a **determinação do Poder Local democrático na oposição firme a políticas erradas de ataque à coesão nacional**, que fazem de Portugal um país injusto para os seus cidadãos, um país de plano inclinado com uma linha longitudinal que o divide em dois. **Sublinha a necessidade de adopção de uma posição conjunta em defesa do Poder Local, proclamando a necessidade de não aplicação das leis, de que exigimos a revogação imediata, traçando caminhos para a superação das dificuldades existentes e a realização de um vasto conjunto de acções e iniciativas de eleitos e das populações (reuniões, encontros, manifestações, protestos simbólicos, etc.) que criem as condições para uma inversão do rumo que está a ser traçado e para a valorização do Poder Local democrático. A defesa dos interesses de todos e de cada um dos cidadãos e a luta intransigente pela garantia da igualdade de oportunidades justificam a revolta convicta de todos os Autarcas que legitimados pelo voto popular representam o sentir dos Portugueses.**

51. O XX Congresso da ANMP exige ainda do Governo e da Assembleia da República uma mudança de atitude para com o Poder Local. **Caso contrário, Portugal não se afirmará como a Nação a que todos aspiramos, caminhando para conflitos sociais que ninguém deseja.**

52. O XX Congresso da ANMP **sublinha também o papel fundamental do Poder Local no desenvolvimento do território e no continuar da elevação global da qualidade de vida dos cidadãos, devendo este desiderato constituir-se como desígnio nacional.**

Santarém, 29 de Setembro de 2012.